6º Siepex Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uergs
2ª Jornada de Pós-Graduação da UERGS
1º Seminário Estadual sobre Territorialidade - RS

http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex
ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS) NAS LAGOAS DE CAPIVARI DO SUL – RS

Anna Giulia VISENTIN[1]; Henrique da Cunha RAUPP[2]; Maria Alexandra Borges LAGO[3]; Maria Luiza Correa da Camara ROSA[4]; Gabrielli Teresa Gadens MARCON[5]

[1] Bolsista de Iniciação Científica PROBID, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); [2] Bolsista IC/PROBID - UERGS; [3]Aluno UERGS; [4]Orientador, UFRGS; [5]Orientador, UERGS.

[1,2,3,5]Rua Machado de Assis, nº. 1456 – Bairro Sulbrasileiro. Osório, Rio Grande do Sul, Brasil- CEP: 95520-000.

[4]Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências, Avenida Bento Gonçalves, 9500, Campus do Vale - Bairro Agronomia, Porto Alegre, RS - CEP: 91501-900

E-mails: [1]*annagiuliavisentin@gmail.com;* [2]*ike_raupp@hotmail.com;* [3]*alexandralago13@hotmail.com;* [4]*luiza.camara@ufrgs.br;* [5]*profagabi@yahoo.com.br*

VISENTIN, A.; RAUPP, H.; LAGO, M.; ROSA, M.; MARCON, G.. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICADA ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS) NAS LAGOAS DE CAPIVARI DO SUL – RS. VI Salão Integrado Ensino, Pesquisa e Extensão, II Jornada de Pós-Graduação, I Seminário Estadual sobre Territorialidade, Brasil, ago. 2016. Disponível em: <http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex/paper/view/1100>. Data de acesso: 23 Nov. 2016..

Resumo

Este trabalho faz parte de um projeto de iniciação científica iniciado em abril do corrente ano e que objetiva mapear as APPs no entorno das lagoas do município de Capivari do Sul. Inicialmente, os estudos tem se concentrado na Lagoa Capivari, localizada naquele município e compartilhada com Palmares do Sul. A delimitação das APPs no entorno das lagoas está sendo determinada através de imagens de satélite e do programa ArcGis®, e comparadas com imagens históricas, anteriores ao ano de 2008. Até o momento, foi constatado que uma parte das APPs no entorno da Lagoa Capivari se encontra impactada pelas lavouras de arroz e que essa prática já se estende há alguns anos. Tais atividades podem ser consideradas como prejudiciais ao meio ambiente, principalmente se as mesmas continuarem a impactar o complexo e frágil ecossistema de lagoas costeiras do Litoral Norte.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de um extenso projeto que visa mapear as Áreas de Preservação Permanente (APP) no entorno das lagoas costeiras do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS), à luz da legislação ambiental vigente, especialmente o Novo Código Florestal (NCF). Este estudo, em particular, faz parte de um projeto de iniciação científica iniciado em abril do corrente ano e que objetiva mapear as APPs no entorno das lagoas do município de Capivari do Sul. Inicialmente, os estudos tem se concentrado na Lagoa Capivari, localizada naquele município e compartilhada com Palmares do Sul.

O Novo Código Florestal, ou Lei Federal 12.651 (BRASIL, 2012), desde sua promulgação, em 25 de maio de 2012, vem gerando enorme polêmica, tendo em vista o "abrandamento" da norma jurídica no que se refere às áreas protegidas, especialmente as APPs e a Reserva Legal. Comparado ao antigo Código Florestal, ou Lei Federal 4.771/1965 (BRASIL, 1965), o Novo Código traz profundas mudanças na mensuração das APPs localizadas em "áreas rurais consolidadas", principalmente aquelas às margens de rios, nascentes, lagos e lagoas (Tabela 1). Tal fato poderá acarretar sérios prejuízos ecológicos aos ecossistemas mais frágeis como, por exemplo, o complexo sistema de lagoas costeiras do Litoral Norte.

http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex
ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

O conceito de "área rural consolidada" é totalmente novo e é nele que reside boa parte da polêmica do Novo Código. A data limite para comprovação da situação "consolidada" é 22/07/2008, em virtude da promulgação, naquela data, do Decreto nº 6.514 (BRASIL, 2008). Assim sendo, apenas são consideradas "consolidadas" aquelas áreas que sofreram impacto antes desta data e nelas será permitida a manutenção das atividades agrossilvipastoris, anteriormente consideradas ilegais, junto às APPs. Aqueles proprietários rurais que, por outro lado, não conseguirem comprovar essa situação terão suas APPs reguladas de forma mais rigorosa pela lei.

Tabela 1- Nova mensuração das APPs no entorno dos Lagos e Lagoas

Áreas Rurais NÃO consolidadas (válido desde o antigo Código Florestal)		**Áreas Rurais Consolidadas (introduzido pelo novo Código Florestal)**	
Lagos e Lagoas	**APPs**	**Lagos e Lagoas**	**APPs**
Em zonas rurais	100 metros	Até 01 MF	05 metros
Corpos d'água com até 20 hectares de superfície em zonas rurais.	50 metros	De 01 a 02 MF	08 metros
Em zonas urbanas	30 metros	De 02 a 04 MF	15 metros
		Superior a 04 MF	30 metros

Fonte: autores (2016)
Abreviaturas: MF, Módulo Fiscal

MATERIAIS E MÉTODOS

Capivari do Sul é um município pertencente ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul e distante 78 km da capital do Estado, Porto Alegre. Tem como limites jurisdicionais os municípios de Viamão, Osório, Balneário Pinhal e Palmares do Sul. Está localizado a uma latitude 30º08'42" sul e a uma longitude 50º30'53" oeste, com uma altitude de 12 metros acima do mar. Possui uma área de 417,609 km² e uma população de 4.020 habitantes (IBGE, 2012). A economia é baseada no plantio e comércio de arroz irrigado e madeira (especialmente *Pinus* e eucalipto), além da criação de ovinos, bovinos, equinos e piscicultura. (CAPIVARI DO SUL, 2016). A lagoa Capivari é compartilhada pelos municípios de Capivari do Sul e Palmares do Sul. Ela recebe este nome porque nela deságuam as águas do rio Capivari, mas é também conhecida por "lagoa do Araçá" e "lagoa das Palomas" ou "lagoa das Palmas". Esta lagoa também faz ligação com a lagoa do Casamento e com o rio Palmares do Sul e, a despeito da sua importância dentro do contexto hídrico daquela região, foi pouco estudada até o momento.

A delimitação das APPs no entorno da lagoa está sendo determinada através de imagens de satélite e do programa ArcGis®. Inicialmente, com o uso das imagens do Google Earth®, se procura averiguar a situação das APPs quanto à presença de atividade agrosilvipastoril dentro dos seus limites e, na sequência, verificar desde quando tais atividades ocorrem, através do acesso a imagens históricas, com a finalidade de determinar a situação de "área rural consolidada" (impactada antes de 2008) nas propriedades que fazem limite com a lagoa.

Mais adiante, com o uso do programa ArcGis® pretende-se gerar mapas ilustrando a situação das APPs no entorno da lagoa Capivari, antes e depois da promulgação do Novo Código, visando demonstrar não só a grande redução no tamanho real das áreas protegidas, mas a extensão

http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex
ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

dos impactos que tal norma jurídica pode vir a acarretar no complexo e frágil ecossistema de lagoas costeiras do Litoral Norte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, os trabalhos se constituíram em reuniões do grupo de pesquisa para uma análise geral da situação da Lagoa Capivari, e demais lagoas que estão sendo estudadas, fazendo uso das imagens do Google Earth®. A partir do levantamento positivo da ocorrência de APPs degradadas às margens da Lagoa Capivari foi dado início às tarefas de tomada de medidas e pesquisa de imagens históricas, que resultaram nos dados preliminares que são apresentados a seguir.

Observando a lagoa Capivari, a partir de imagens do Google Earth®, foi constatado que um percentual bastante significativo da margem leste daquela lagoa (estimado em cerca de 60%) apresenta um corredor praticamente contínuo de áreas de APPs impactadas pelo cultivo de arroz irrigado (Figura 1), que é uma das principais economias dos município de Capivari do Sul e de Palmares do Sul.

Figura 1 – Imagem da Lagoa Capivari, com destaque para a margem leste

Fonte: Google Earth (2016).

Fazendo uso do recurso *zoom* do Google Earth® foi possível aproximar as imagens a uma distância razoável da margem leste da lagoa Capivari e, fazendo uso da ferramenta "régua", disponível neste mesmo programa, foi possível mensurar que as APPs dessa margem não chegam a ter mais que 50 metros de largura (Figura 2), quando, na verdade, deveriam ter 100 metros, por estarem localizadas em área rural. Pelo menos, esta seria a regra válida caso a área não fosse "consolidada". Contudo, a partir da geração das primeiras imagens históricas foi possível observar que esta prática já se estende há alguns anos.

6º Siepex Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uergs
2ª Jornada de Pós-Graduação da UERGS
1º Seminário Estadual sobre Territorialidade - RS

http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex
ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

Figura 2 - Imagem mostrando o limite da APP na Lagoa de Capivari

Fonte: Google Earth (2016)

As análises das imagens e demais ensaios ainda estão em andamento, não tendo sido possível ainda determinar o percentual total de área impactada no entorno da lagoa, nem examinar todas as imagens históricas disponíveis no banco de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a importante função ambiental que as APPs cumprem na preservação dos recursos hídricos, na manutenção da estabilidade geológica e na conservação da biodiversidade, aspira-se que os resultados preliminares ora apresentados possam servir para completar o extenso projeto de pesquisa que atualmente visa demarcar todas as APPs no entorno das lagoas do LNRS, para futuramente contribuir com as políticas de planejamento e gestão territorial rural e urbana do Litoral Norte, sempre focadas na sustentabilidade dos ecossistemas locais.

AGRADECIMENTOS: Este trabalho conta com bolsa de Iniciação Científica PROBIP – UERGS, obtida por meio do Edital 11/2015.

REFERENCIAS

BRASIL. LEI nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 set, 1995, p. 9529. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 09 jun. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. 2008, p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm >. Acesso em: 06 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 mai, 2012, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12651.htm > .Acesso em: 09 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2012. **Base de dados de Geografia e Estatístca**. **Capivari do Sul.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/capivaridosul.pdf >. Acesso em: 11 julho 2016.

PREFEITURA DE CAPIVARI DO SUL. 2016. **Dados gerais.** Histórico. Disponível em: <http://www.capivaridosul.rs.gov.br/novo_site/index.php?nivel=1&exibir=secoes&ID=4 >. Acesso em 11 Julho 2016.